

Memória(s) dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEP / Nova Iguaçu: mapeamento e impacto na implantação de uma política estadual em território local

Memories of Integrated Public Education Centers – CIEP / Nova Iguaçu: mappingg and impact on the implementation of a state policy in local territory

Lígia Martha C. da Costa Coelho¹
Mateus Henrique Alexandrino Guimarães²

Resumo:

O artigo advém de pesquisa concluída em Programa de Pós-Graduação, tendo como objeto de estudo os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) – política estadual capilarizada nos municípios fluminenses. A partir de um recorte temporal que abrange o período dos governos que implementaram tal política pública educacional (1983-1995), metodologicamente utilizamos análise documental de fontes, dentre elas as atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu – município em que aportamos a pesquisa –, reportagens de jornais, além de pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais de CIEPs e moradores da comunidade. Já entre os referenciais teóricos, nos utilizamos do conceito de campo (Bourdieu), o que vislumbrou a recorrência de duas temáticas – construção dos CIEPs em terrenos do município e seu financiamento –, além de disputas encontradas nas fontes culminando, como resultado, com a evidência de que o processo de implantação dos CIEPs foi organizado pelos “apossados” do campo político iguaçuano e fluminense – entre idealizadores e vereadores –, mas sob frequente influência dos “profanos” – o público-alvo da política pública.

Palavras-Chave: CIEP; educação em tempo integral; Nova Iguaçu.

Abstract:

The article comes from research completed in the Postgraduate Program, with the object of study being the Integrated Public Education Centers (CIEP) – a state policy spread throughout the municipalities of Rio de Janeiro. From a time frame that covers the period of the governments that implemented such public educational policy (1983-1995), methodologically we used documentary analysis of sources, including the minutes of the Municipal Council of Nova Iguaçu – the municipality in which we conducted the research –, newspaper reports, as well as bibliographical research and interviews with CIEP professionals and community residents. Among the theoretical references, we used the concept of field (Bourdieu), which glimpsed the recurrence of two themes – construction of CIEP on municipal land and its financing –, in addition to disputes found in the sources culminating, as a result, with the

¹ E-mail: ligia.coelho@unirio.br / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² E-mail: alexandrino.mh@gmail.com / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

evidence that the CIEP implementation process was organized by the “possessed” of the political field in Iguazu and Rio de Janeiro – including creators and councilors –, but under frequent influence of the “profane” – the target audience of public policy.

Keywords: CIEP; full-time education; Nova Iguaçu.

1 Introdução

O que nos move a uma pesquisa: simples curiosidade a respeito de algum aspecto de nosso ‘que fazer’? Motivação teórico epistemológica, no sentido de melhor compreender processos desse ‘que fazer’ estabelecidos no macrocosmo social, ou, ainda, compromisso com o resgate de ideias materializadas em práticas e/ou instituições, que podem emprestar a tais ideias ou instituições um sentido que as transcendem? Consideramos que as duas opções finais carregam o sentido com que olhamos para o objeto que constituiu esta produção.

Nossa motivação teórico epistemológica, bem como o nosso compromisso político, alicerçam-se no conceito de campo e seus correlatos (Bourdieu, 2021), bem como em estudos sobre fontes históricas e história local (Barros, 2019; Cavalcanti, 2018), nos proporcionando elaborar um texto sobre temática – educação em horário/tempo integral³ – que nos instiga enquanto objeto investigativo, a partir de sua materialidade em um dos mais emblemáticos aspectos dos Programas Especiais de Educação (PEE) criados e implantados no estado do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, durante os governos de Leonel Brizola: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Essas instituições escolares, cujo projeto arquitetônico diferenciado trazia aos olhos da população um equipamento que, por sua dimensão, poderia suprir algumas de suas necessidades sociais essenciais, presentifica-se até os dias de hoje, tanto na educação fluminense, quanto em âmbito nacional⁴.

É assim que o dossiê sobre os 40 anos do projeto dos CIEPs proposto pelo periódico *Memória e Informação* nos impulsionou à elaboração de mais um artigo, partindo de nossas investigações, há mais de duas décadas, a respeito das temáticas da educação integral em tempo integral. Concomitantemente, esse periódico carrega, no próprio título, um dos fundamentos teórico metodológicos do trabalho investigativo de um de seus autores – a área da História, na

³ O uso do termo ‘horário’ refere-se ao fato de, à época, ser essa a expressão mais utilizada pelos formuladores da política de educação em tempo integral que se instaurava no Rio de Janeiro.

⁴ Referimo-nos a projetos e programas de educação integral em tempo integral federais que evidenciam o potencial de experiências dessa natureza trazendo, como um dos exemplos, a obra arquitetada pelos CIEP (BRASIL, 2010; BRASIL, 2023)

perspectiva dos estudos que consideram a memória enquanto um instrumento coletivo da construção histórica.

Em síntese, inferimos que se torna, assim, uma produção pertinente à nossa atuação acadêmica, bem como os demais artigos que compõem este dossiê o constroem, enquanto um trabalho relevante e significativo, no campo da História e da Educação pública fluminense.

Ao pensar sobre o teor do artigo, optamos por trazer à tona elementos presentes em trabalho dissertativo concluído em um curso de pós-graduação situado na região sudeste. Nesta perspectiva, o texto objetiva discutir os CIEPs enquanto projeto de educação que foi construído no estado do Rio de Janeiro, a partir do desvelamento de implicações acerca de sua chegada em município que integra o referido estado, levando em consideração aspectos como sua presença em realidades locais mais vulneráveis e o impacto social causado por aqueles equipamentos públicos na população e/ou comunidade escolar.

Em termos formais, o texto estrutura-se em 3 seções, acrescidas desta Introdução e de Considerações finais. Na primeira, contextualizamos e sintetizamos os CIEPs enquanto um projeto de educação construído no estado do Rio de Janeiro, nos anos 1980 e 1990, época em que são retomadas disputas político-filosóficas no processo de redemocratização em que o país se encontrava. Na sequência, buscamos na história local de Nova Iguaçu⁵ o desvelar da chegada dessas escolas à cidade, quando nossa abordagem metodológica envereda por uma análise topográfica da realidade local, a partir dos desmembramentos ocorridos no município. A última seção reflete, então, sobre os CIEPs enquanto equipamento de educação pública e o impacto sociopolítico que estabelece na localidade, notadamente na comunidade escolar e no entorno dessas construções, que se tornaram emblemáticas no estado do Rio de Janeiro.

Iniciando propriamente nossa reflexão, nos perguntamos sobre os primeiros passos que propiciaram a formulação da política de ampliação da jornada escolar para a educação fundamental, no campo da educação pública fluminense, o que concretizamos por meio de uma História enquanto memória – vivida e, também, produzida no campo acadêmico.

⁵Uma das 13 cidades que compõem a Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, e que, no período em questão, foi desmembrada em outras 4, redesenhando o perfil e quantitativo de CIEP pertencentes a esse município, o que será apresentado nessa seção.

2 Quando a História se revela pela(s) memória(s): os CIEPs enquanto projeto de educação no estado do RJ

Apresentar o Programa Especial de Educação de modo panorâmico é tarefa que encerra desafios, especialmente se procurarmos abrir o ‘baú das memórias’ de um período como o que precedeu os anos 80 e 90 do século XX, no Brasil. Referimo-nos a uma época pós-ditadura civil-militar, quando parte da sociedade brasileira emergia dos ‘anos de chumbo’, procurando nas figuras políticas dos idos de 60 uma identidade perdida no tempo. Especificamente no estado do Rio de Janeiro, segundo Frigotto, “é no contexto da conquista do poder a nível estadual por lideranças de oposição ao regime militar que se alargam as possibilidades de propostas alternativas da *questão pública* nos âmbitos das necessidades populares” (Frigotto *apud* Faria, 1991, p. 9, grifo nosso). É então nesse período que as propostas alternativas se avolumam, também, no setor da Educação.

Entre as lideranças políticas a que Frigoto (1991) se refere, encontramos figuras como Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, cada um com sua história, mas cujo entrelace de histórias nos proporcionou experiências pouco vistas no país, até então, no que tange à educação pública. A chegada de Brizola ao governo do Rio de Janeiro representou, na década de 80, o início de um trabalho mais planejado para a Educação fluminense, materializado no Programa Especial de Educação (PEE).

Falar a respeito desse Programa significa replicar fatos e ideias que têm sido trabalhados em várias investigações, tanto no campo da Educação, quanto em outras áreas, como a Arquitetura e a Saúde, por exemplo⁶. Contudo, é possível interpretar tal situação como mais uma evidência da capilaridade da política em foco, não só no próprio estado do Rio de Janeiro, mas também no âmbito de outros entes subnacionais que dele se acercaram, enquanto objeto de estudo – como nos revela a dissertação de Castro (2009), defendida em Brasília, na UnB.

Procurando driblar essa repetição, inferimos que uma síntese pode ser realizada, se atentarmos para três aspectos fundantes do PEE e que, de certa forma, nos possibilita caracterizá-lo como inovador em sua(s) prática(s), à época: (i) o sentido de que a educação escolar pública, enquanto direito, precisa considerar todos os estudantes ‘iguais, em suas diferenças’; (ii) a busca de ‘adesão’ da categoria docente, por parte dos idealizadores/formuladores da política; e (iii) a presença de uma visão multidimensional de ser

⁶ Refiro-me a estudos como o de Castro (2009), sobre a arquitetura dos CIEPs, uma dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e o de Guimarães (2003), também uma dissertação sobre saúde bucal, defendida no Mestrado em Saúde Pública da FIOCRUZ.

humano que percorre o desenho curricular proposto para a política. Fixemos nosso olhar em cada um desses aspectos.

Em relação ao primeiro ponto, cabe observar que se trata de uma questão de fundo, ou seja, evidencia o que ‘deveria ser’ a natureza primeira da educação escolar pública, em quaisquer tempos e lugares – um direito de todos. Todavia, no contexto ainda incipiente de redemocratização do país, isto soava como algo inimaginável; afinal, o Brasil Colônia ainda habitava muitos de nós. Por esta ótica, já que a escola pública era ‘para todos’, se impunha a essa instituição uma natureza minimalista (Cavaliere, 2000), cuja concretização não deixasse margem a ‘voos inalcançáveis’ pelas classes populares.

Nessa perspectiva, o PEE buscava retificar as condições precárias com que se fazia a educação pública no estado do Rio de Janeiro, quando constitui uma proposta como a dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), em que uma construção escolar à altura de qualquer cidadão brasileiro foi construída, a partir da imaginação de um arquiteto de renome internacional (Oscar Niemayer) e verbas destinadas especificamente àquele projeto. Por óbvio, sendo uma escola pública, a ela toda e qualquer criança podia acorrer – e isso a tornava ‘para todos’, fossem estes de quaisquer condições sociais: No espaço escolar, eram todos iguais, em suas diferenças. Mas seria tal princípio humano considerado válido para toda a sociedade brasileira, naqueles tempos?

A resposta à questão anterior nos encaminha ao segundo aspecto apontado – a busca por adesões e a mais urgente e necessária era, sem dúvida, a dos sujeitos que *dariam cor e forma* a essa educação pública: os professores. Inferimos ser essa uma questão de fundo, na medida em que esse profissional é, sem dúvida, o principal agente na formação do estudante, dentro do espaço escolar.

Se esse sujeito *formador* compreende o propósito de uma política pública educacional enquanto construção de um projeto de sociedade por meio da capilaridade desse setor nessa realidade social, o pressuposto de que a escola é um local de disputas entre princípios e práticas reprodutoras e/ou transformadoras se torna válido e, portanto, permeável a adesões. Inferimos, assim, ter sido esse um postulado presente nos idealizadores do Programa Especial de Educação que cunhou os CIEPs, como afirma Arantes (1998, p. 23):

E foi exatamente a expectativa de uma contra ideologia que fizesse frente ao modelo secular de exploração e de exclusão de um vastíssimo segmento da sociedade brasileira que alimentou os ideais de uma nova proposta educacional.

Nessa perspectiva e contexto, revendo a obra de Arantes (1998, p. 24), o baú das memórias nos encaminha aos primeiros passos na criação do PEE, quando uma Comissão de Coordenação de Educação e Cultura foi regulamentada, logo no início do primeiro governo Brizola, buscando ‘reformular toda a política educacional do Rio de Janeiro e colocá-la de fato em execução, nas órbitas estadual e municipal’. Uma série de metas foram pensadas⁷ por essa Comissão, culminando com o Encontro de Mendes⁸, visto com reservas por alguns estudiosos (Mignot, 1989), mas compreendido enquanto um processo com avanços democráticos por outros, a partir da realidade vivenciada no país, por mais de uma década.

Tais fatos nos indicam, portanto, que o que se objetivava era uma conjugação de ideias e de práticas propiciadoras, por parte do governo e de seus colaboradores, buscando alcançar a categoria docente, capaz de materializar o projeto societário que estruturava o governo Brizola – dentro, de preferência e propósito, de uma possibilidade emancipadora.

Por último, e adentrando os portões da instituição escolar, visava-se a um trabalho integrado e integrador que parte da(s) linguagem(ns) como eixo central da educação escolar e, conseqüentemente, enquanto prática passível de capilarizar um projeto de sociedade mais democrático e transformador. Neste sentido, constroem-se estratégias de trabalho docente e de ensino que foram se alastrando, não apenas pelo PEE na materialização pedagógica dos CIEPs, mas cujas ideias estruturantes foram se enraizando em outros projetos que se seguiram a essa investida educacional radical.

Entre elas, destacamos a Animação Cultural, proposta de entrelaçamento da Educação e da Cultura em atividades escolares cuja presença de um animador cultural era algo inovador, à época⁹; a Vídeo educação, projeto criado com o intuito de alavancar as ainda recentes mas já presentes investidas na conjugação das linguagens artísticas, imagéticas e informacionais e, ainda, o Estudo Dirigido que, principalmente durante o segundo PEE, foi pensado enquanto uma série de atividades de pesquisa e de leitura - atos de prazer e de educação escolar que retirassem dessa estratégia o rótulo de ‘reforço’, tão presente na tradição nacional e levassem o estudante à compreensão do papel estruturador e político dos conhecimentos e saberes sócio historicamente construídos.

⁷ Entre essas metas, destacamos a extinção do terceiro turno; o oferecimento de cursos de capacitação do corpo docente; garantia de assistência médico odontológica e de refeições na escola e a construção de 500 CIEP em áreas de vulnerabilidade social e/ou de concentração demográfica (Arantes, 1998).

⁸ Encontro que se realizou na cidade de Mendes/RJ, nos dias 25 e 26 de novembro de 1983, congregando professores de vários municípios fluminenses, por meio de representações, visando à discussão coletiva de um conjunto de metas sistematizadas com o intuito de promover uma política educacional diferenciada, no estado do Rio de Janeiro.

⁹ Proposta elaborada por Cecília Conde e cujo trabalho pode ser melhor compreendido com a leitura da dissertação de SILVA (2008).

Essas, entre outras propostas evidenciadas pelo programa dos CIEPs, trazem metodologias de ensino diferenciadas para a época, o que nos possibilita incluí-las enquanto práticas que afetam a multidimensionalidade do ser humano, uma vez que entremeiam conhecimentos e saberes cognitivos, físicos, estéticos, éticos e, conseqüentemente, sociais. Em outras palavras, uma educação em que o ‘horário ampliado’ para o ‘tempo integral’ se fazia, buscando uma educação integral mais emancipadora.

Em síntese, pensamos que este panorama dimensiona o que foi idealizado pela política do governo Brizola para a educação escolar, em direção a um projeto mais democrático-emancipador. No entanto, como materializá-lo e ‘onde’, partindo das dimensões territoriais do espaço fluminense?

Conforme se pode constatar em citação anterior, tal proposta foi pensada para o estado do Rio de Janeiro abarcando, portanto, a totalidade de seus municípios. Entretanto, em termos acadêmicos, poucos são os estudos direcionados a essa totalidade, em sua dimensão municipal e/ou regional. Neste sentido – e partindo de estudo dissertativo anterior, bem como de trabalho de Tese em andamento -, o que se teria a dizer com relação ao município de Nova Iguaçu, uma das maiores cidades polo de nossa Baixada Fluminense? Quais investidas foram realizadas nesse município e o que o mais impactou, com a chegada dos CIEPs a território iguaçuano?

3 Quando a história se desvela em territórios locais: os CIEPs enquanto equipamento público em Nova Iguaçu

Como abordamos na seção anterior, de acordo com seus idealizadores, um dos principais critérios para a chegada de um CIEP a uma localidade era a densidade demográfica da região, que, quanto mais alta, era encarada como indicativo de demanda por uma escola pública. Nesse sentido, em todo o estado, a cidade que mais recebeu CIEP foi o Rio de Janeiro. Assim, ao final do segundo governo Brizola, a capital do estado contava com 123 CIEPs e 6 CAICs (Ribeiro 1991).

Logo ao lado dessa cidade encontrava-se a Baixada Fluminense, na região metropolitana do estado, com uma alta densidade demográfica, e que foi também uma grande receptora da política educacional brizolista. De acordo com o planejamento indicado no Livro dos CIEPs (1995), a região receberia 172 unidades das novas escolas. Nova Iguaçu, em sua posição de principal município da região, receberia 87 delas, sendo o segundo município com mais CIEPs dentro da política do PEE estadual, conforme podemos visualizar na Imagem 1:

IMAGEM 1- Planejamento de distribuição dos CIEPs pelo estado do Rio de Janeiro.

Localização dos CIEPs

Municípios	Total 500 CIEPs	Municípios	Total 500 CIEPs
Rio de Janeiro	134	Rio das Flores	01
Nova Iguaçu	87	Paraíba do Sul	01
São Gonçalo	44	Vassouras	02
Duque de Caxias	45	Mendes	01
São João de Meriti	27	Paulo de Frontin	01
Campos	16	Miguel Pereira	01
Niterói	10	Cachoeira de Macacu	02
Volta Redonda	09	Maricá	01
Magé	08	Saquarema	01
Itaboraí	07	Rio Bonito	01
Itaguaí	07	Araruama	02
Petropolis	06	Arraial do Cabo	01
Nilópolis	03	Silva Jardim	01
Barra Mansa	06	Sapucaia	01
Resende	06	Carmo	01
Teresópolis	04	Sumidouro	01
Nova Friburgo	05	Duas Barras	01
Macaé	04	Canagóia	01
Angra dos Reis	03	Cordeiro	01
Piraí	02	Bom Jardim	01
Três Rios	04	Itaocara	01
Paracambi	03	São Sebastião do Alto	01
Barra do Piraí	05	Santa Maria Madalena	01
Valença	02	Trajano de Moraes	01
São Pedro d'Aldeia	04	Conceição de Macabu	01
Cabo Frio	02	Porciúncula	01
Casimiro de Abreu	02	Natividade	01
Itaperuna	03	Bom Jesus de Itabapicima	01
Santo Antônio de Pádua	02	Laje de Muriaé	01
São Fidélis	02	Miracema	01
* Parati	01	Cambuci	01
Rio Claro	01	São João da Barra	02
Mangaratiba	01	Pati do Alferes	01

Fonte: (Ribeiro, 1986, p. 45).

Metodologicamente, coube a nós, enquanto pesquisadores que se impõem a elaboração de um mapeamento dos CIEPs na região de Nova Iguaçu enquanto objeto de estudo, investigar a implantação dos dados oficiais divulgados pelo então governo. Nessa perspectiva de pesquisa, levamos em consideração as emancipações sofridas por Nova Iguaçu, o que nos possibilitou trabalhar no entendimento do processo de desmembramento por que esse município passou, entre os idos de 1990 a 1999.

Historicamente, as perdas de território sofridas por Nova Iguaçu espalham-se ao longo do século XX. Os primeiros distritos a separarem-se foram os territórios que hoje correspondem a Duque de Caxias e São João de Meriti (Decreto-Lei Estadual nº 1.055, de 1943). Logo após, Nilópolis se emancipa (Lei Estadual nº 6, de 1947). Após uma longa pausa nos processos de emancipação, estes são reiniciados, no pós-ditadura militar. Assim, no período supracitado, as primeiras cidades a surgir de um desmembramento do território iguaçuano foram Belford Roxo (Lei Estadual nº 1.640/90) e Queimados (Lei Estadual nº 1.773/90), ambas em 1990. No ano seguinte, Japeri segue pelo mesmo caminho (Lei Estadual nº 01.902, de 1991); e, por fim, Mesquita se emancipa, em 1999 Lei Estadual nº 3.253/99).

Nova Iguaçu chega, portanto, ao final do século XX com seu território ‘diminuído’. Assim, com base na plataforma online da SEEDUC¹⁰, no levantamento de escolas de Nova Iguaçu realizado pelo IBGE¹¹ e localizando-os por meio do aplicativo Google Maps, efetuamos

¹⁰ SEEDUC-RJ - Escolas Estaduais - Google My Maps.

¹¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu>

um levantamento acerca dos CIEPs construídos no então território iguaçuano nos dois PEEs, levantamento esse que apresentamos na Tabela 1, a seguir:¹²

TABELA 1 – CIEPs de Nova Iguaçu e municípios oriundos das emancipações (1990 e 1999).

Nº	Nova Iguaçu	B. Roxo	Queimados	Mesquita	Japeri
1	021	024*	023	034	206
2	022*	027*	335	100	207
3	025	037	341	111	401*
4	026	074*	344	364	402
5	033*	112	346	431*	
6	071*	116	355		
7	075	177*	396		
8	099*	178			
9	113	197			
10	117	210			
11	119	217*			
12	134	314			
13	166	315*			
14	167	316			
15	168	337			
16	172	366*			
17	187*	374			
18	188	375			
19	196	376			
20	200	377			
21	216	380			
22	317	388			
23	324				
24	325*				
25	333				
26	334				

¹² Além disso, para ter acesso às datas de inauguração dos CIEP, foi preciso realizar ligações telefônicas para cada uma das instituições escolares apresentadas como pertencentes ao município em questão. Dessa maneira, nem todos os dados acerca de todas as escolas foram conseguidos.

27	345				
28	351				
29	352				
30	354				
31	356				
32	358				
33	359				
34	360				
35	365				
36	373*				
37	383				
38	387				
39	390				
40	394				
41	395				

13

14

Conforme podemos observar a partir da Tabela 1, ao fim dos dois PEEs e após as emancipações supracitadas, o município iguaçuano conta, na terceira década do século XXI, com 41 CIEPs ainda em funcionamento em seu território. Dentre essas 41 escolas, 7 foram municipalizadas, em diferentes momentos, ou seja, temos 4 municipalizações de escolas criadas no I PEE e mais 3 municipalizações de CIEPs construídos já no II PEE. Em um segundo momento do levantamento que apresentamos neste artigo, elencamos a distribuição dos 41 CIEPs pelo território iguaçuano, de acordo com suas 9 Unidades Regionais de Governo (URG).

A URG Cabuçu (IV) é a que possui mais CIEPs em sua área, contando com 9 dessas instituições escolares. Entre essas 9 escolas, temos 6 escolas que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, enquanto 2 delas trabalham exclusivamente com os anos finais e 1 exclusivamente com o Ensino Médio. Por sua vez, a URG KM 32 (V) possui 8 CIEPs em seu território, 3 escolas que atendem aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, enquanto 2 delas trabalham com os anos finais do Ensino Fundamental e com o

¹³ Os CIEPs identificados na cor cinza foram construídos no 2º PEE.

¹⁴ *CIEPs municipalizados.

Ensino Médio, 1 atende exclusivamente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1 exclusivamente aos anos finais do Ensino Fundamental e 1 exclusivamente o Ensino Médio.

Já a URG Centro (I) conta com 6 CIEPs, sendo 2 deles voltados para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; e 3 exclusivamente atendendo aos anos finais do Ensino Fundamental. Há ainda o CIEP 022 - Presidente Getúlio Vargas, que passou pelo processo de municipalização e alteração de nome¹⁵, até que, atualmente, o prédio do CIEP se encontra desativado e a escola municipal funcionando em outro local.¹⁶

A URG Posse (II) possui 5 CIEPs em seu território. 4 deles atendem aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio e 1 atende aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental; enquanto a URG Comendador Soares (III) totaliza 4 CIEPs, sendo 2 deles voltados para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, 1 voltado somente para os anos finais do Ensino Fundamental e 1 que atende unicamente ao Ensino Médio.

A URG Miguel Couto (VIII) conta, também, com 4 CIEPs, 3 atendendo aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio e 1 atendendo exclusivamente ao Ensino Médio. Já a URG Austin (VI) recebeu 3 CIEPs, 2 deles atendendo aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e 1 somente aos anos finais do Ensino Fundamental. A URG Vila de Cava (VII), por sua vez, recebe 2 CIEPs, ambos atendendo aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Por fim, a URG Tinguá (IX) – a maior em território – não possui nenhum CIEP, o que pode ser explicado pela baixa densidade demográfica da região, decorrente da presença de uma Reserva Biológica (a Rebio Tinguá) nesse território específico.

De forma panorâmica, nossa meta nesta seção foi levantar territorialmente a distribuição dos CIEPs pelo estado do Rio de Janeiro, dedicando especial atenção às 41 instituições localizadas no território iguaçuano e os níveis de ensino que tais escolas atendem atualmente. Cabe agora nos debruçarmos em como se deu a chegada dessas dezenas de prédios e quais foram as reações de setores da sociedade iguaçuana a essa política pública educacional. Para tanto, nos utilizamos de fontes como as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu; entrevistas realizadas com a comunidade do CIEP 26 - São Vicente de Paula e notícias de jornais captados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no intuito de trazer luz à seguinte indagação: enquanto equipamento educacional público, quais foram os impactos causados pela chegada dos CIEPs a Nova Iguaçu, especificamente em agentes públicos como os vereadores desse território e a comunidade escolar que recorria a essas instituições, seja profissionalmente

¹⁵A Lei Municipal nº 4917, de 12/02/2021 alterou o nome do CIEP 022 para Escola Municipal Prof. Emílio Araújo.

¹⁶A Escola Municipal Prof. Emílio Araújo atualmente funciona na Avenida Nilo Peçanha, nº 753, Centro, Nova Iguaçu 26215-511.

(professores), como público alvo (estudantes egressos) ou, ainda, como comunidade que frequenta seu entorno?

4 Quando a História vela por seus processos civilizatórios: os CIEP enquanto equipamento educacional e ‘monumento à educação pública’

Tomando por base teórica reflexões sobre o microcosmo social do campo político abarcado por Bourdieu (1989) analisamos, através das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o discurso dos ‘profissionais’ desse campo político acerca da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública em Nova Iguaçu, relacionando os debates sobre a temática presentes também na imprensa local iguaçuana e a fala de moradores do bairro do CIEP 026-São Vicente de Paula. Por meio da maneira com a qual Barros (2019) trata as fontes históricas, a problematização dos discursos presentes nas Atas permitiu a construção de uma história-problema acerca da implantação da política educacional do governo Brizola em Nova Iguaçu.

Assim, sobre os CIEPs, entre elogios e críticas, aparecem nas atas principalmente o (1) financiamento dessa política pública e a (2) construção dessas escolas no município. A temática do (1) financiamento dos CIEPs sempre esteve fortemente presente nas discussões acerca de nosso objeto de estudo. Um dos idealizadores do projeto, Darcy Ribeiro abordou a temática, ao dizer que uma comissão coordenadora “*foi criada para elaborar um Plano Especial de Educação, dotando-a de recursos que ultrapassam US\$ 400 milhões para custear sua execução*” (Ribeiro, 1986, p. 16).

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu não ficou de fora dessas discussões. Por mais que se trate de uma política pública estadual, a vereança iguaçuana não se furtava a debater o aspecto financeiro do complexo projeto que a municipalidade recebia, àquela época. Assim, eram frequentes e intensos os debates sobre o assunto na casa legislativa iguaçuana, entre elogios ao investimento inédito no setor educacional e críticas ao alto custo da política.

No tocando ao financiamento enquanto investimento e a título de exemplificação, na ata do dia 02 de agosto de 1984, o vereador Iran Lemos (PDT) elogiou o orçamento do governo do Estado por estar “*constando de proposta e programa de alto valor, principalmente no setor da educação*”. Além de Lemos, na ata do dia 06 de setembro de 1984, o vereador Ataíde Lemos (PDT) exaltou o governador Leonel Brizola pela liberação da “*verba de cento e vinte bilhões para a construção de trezentos e vinte escolas*”, reforçando que “*nenhum governador jamais fez tamanho bem para as crianças*”. Ademais, na ata do dia 16 de maio de 1985, o vereador

Edson Lopes (PDT) “*avaliou os gastos dos Brizolões, comparando-os com o da construção de prédio público que representa o dobro, embora o aspecto social seja muito menor.*”

O destaque dado pelos vereadores ao montante destinado à construção de cada uma dessas novas escolas é encarado de maneira positiva pelos vereadores pedetistas, entendido como sinal da relevância que o governador daria às crianças e a Nova Iguaçu, sendo destacado o “valor social” dessas escolas. Contudo, as críticas ao valor material também se faziam presentes. Na ata do dia 09 de abril de 1986, por exemplo, o vereador Antônio Fernandes (PDS) disse que “*os ‘Brizolões’ estão sendo os causadores de grande gasto sem utilidade*”, enquanto na ata do dia 04 de setembro de 1985, o vereador João Luiz do Nascimento Jr. (PMDB) afirmou que “*o Prefeito iguaçuano Paulo Leone, com 1,3 bilhão conseguiu mais 16 mil vagas nas escolas de Nova Iguaçu, enquanto o Governador Leonel Brizola gasta 7 milhões para conseguir 600 vagas*”.

Através das fontes e desses exemplos, aferimos que, entre os defensores dos CIEPs, eram destacadas as justificativas para o aporte de recursos nessas escolas, com destaque ao alto valor do investimento, à ampliação do setor escolar e ao investimento nas camadas mais vulneráveis da sociedade, público-alvo da política.

Quanto aos opositoristas, o preço das novas escolas, ao invés de investimento, se torna custo. Assim, destacam-se as críticas ao valor da construção e à sua manutenção. Dessa forma aferimos, tomando Bourdieu (1989) como base teórica, que o valor destinado à implantação dos CIEPs foi mais uma das “ideias-forças” no debate do campo político institucional – a Câmara Municipal iguaçuana.

Já quanto à (2) construção dessas escolas, a Ata do dia 08 de agosto de 1985 nos mostra que o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) relata uma “*visita que fez ao gabinete do vice-governador do estado, dr. Darcy Ribeiro, quando conseguiu acertar a situação de áreas destinadas à construção de Brizolões*”, destacando o seu papel na busca por CIEPs para Nova Iguaçu. O vereador em questão se comporta como um mediador entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Governo do Estado, especialmente no que tangia à construção de CIEPs. Tal articulação foi recompensada: o CIEP 394, construído no bairro Riachão, já no 2º PEE, leva o nome de Cândido Augusto Ribeiro Neto.

Entretanto, os debates acerca da construção de CIEPs nas atas da CNMI, não ocorriam somente de forma elogiosa. Na ata do dia 12 de setembro de 1985, o vereador Mario Marques – do Partido Democrático Social (PDS), de oposição ao PDT –, declarou que:

[...] antes de se partir para a construção desses prédios belíssimos onde serão instalados os CIEPS, deve-se fazer um levantamento de cada necessidade, pois estão construindo ‘Brizolões’ dentro, por vezes, de próprios terrenos escolares (...) os CIEPS seriam construídos em área nunca inferior a 10.000 metros quadrados, quando essa norma está sendo infligida¹⁷

O debate acerca da construção dos CIEPs não se restringiu à tribuna da Câmara iguaçuana. Através de entrevistas pré-estruturadas, pudemos aferir o nível de participação da comunidade que receberia essas escolas. É nesse sentido que destacamos a fala de Juvêncio Abraão da Silva, um vizinho do CIEP 026 - São Vicente de Paula, que participou ativamente da chegada do CIEP à localidade. Ao relembrar o momento da implantação da escola, Juvêncio diz que:

[...] na fundação, houve um grande problema aqui. A população usava como campo de futebol. Surgiu uma vereadora que queria fazer um trabalho aqui e pediram a minha ajuda. Ela perguntou o que o bairro precisava e eu comecei a dizer. Quando terminou, ela pediu para que fizesse um novo ofício requerendo as melhorias no bairro junto a prefeitura. Mas eu quis fazer um pedido além, que não era no nome da associação, era um pedido particular, mas para uso da comunidade. A minha esposa sempre sonhou com uma creche para amparar essas crianças necessitadas daqui. Quando ela chegou na prefeitura, encontrou esse projeto do CIEP e implantou um aqui. Mas precisava da área, eles propuseram a área do campo e eu falei que era uma boa ideia, porque poderia caber o campo e a escola.¹⁸

Imediatamente, a fala de Juvêncio nos revela que a chegada do CIEP 026 teria se dado após a passagem de uma vereadora pela localidade, sendo o CIEP apresentado como uma opção para os moradores. Realizando o cruzamento de fontes e relacionando essa entrevista com as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, percebemos que a única vereadora da CMNI no primeiro período de implantação dos CIEPs era Maria Ivete Pantaleão (PDT), o que é indício de que, provavelmente, ela era a vereadora citada por Juvêncio Abraão da Silva. O fato de ser uma vereadora também do PDT e, – como pudemos conferir nas Atas – já ter defendido os CIEPs, a ideia de que ela seja a vereadora em questão parece corresponder à realidade.

Outro aspecto que se depreende da fala de Juvêncio é que, no contexto da implantação dos CIEPs e no processo de redemocratização política pelo qual o Brasil passava, grupos organizados passam a atuar no interior da sociedade iguaçuana junto aos poderes públicos (Lobo, 2019). Assim, grupos como o Movimento Amigos do Bairro (MAB) e associações de moradores aparecem bem no momento em que os CIEPs estão sendo implantados.

¹⁷ Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

¹⁸ SILVA, Juvência Abraão da. Entrevista Citada.

A partir desses processos e das forças nele envolvidas, inferimos que a construção dos CIEPs se dava por meio de um processo complexo, que incluía diversos atores e agentes. Seja por conta da amplitude arquitetônica, ou pela proposta educacional inovadora do PEE, a escola das localidades gerava um debate intenso entre os “apossados” do campo político institucional (os vereadores) e os “profanos” da sociedade civil. Assim, pode-se deduzir que o intenso recebimento de CIEPs por Nova Iguaçu se deveu ao planejamento de distribuição estadual com base na densidade demográfica e necessidade local, mas também motivado pela luta dos pedetistas da Câmara Municipal e da sociedade civil.

A participação dos “profanos” é destacada novamente em outros momentos das atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. O vereador Ataíde Lemos (PDT), por exemplo, no dia 22 de maio de 1985, alegou que

Hoje, às 7 horas da manhã, recebera uma comissão de moradores, com 39 pessoas, em sua residência, que lhe foram agradecer pelo esforço que vem desenvolvendo no sentido de levar para Heliópolis um dos ‘Brizolões’ que serão construídos na Baixada¹⁹

Da fala do pedetista depreende-se que, ao se organizarem para agradecer ao vereador pela conquista de um CIEP para a comunidade, os moradores de Heliópolis revelam o seu intenso desejo de receber a política educacional de Brizola. A demanda por CIEPs, portanto, não seria exclusividade dos políticos locais, mas também da população alvo. Para além das atas, o desejo e a defesa dos CIEPs pelos “desapossados” são encontrados também em notícias, como a do jornal O Fluminense, do dia 03 de junho de 1987.

¹⁹ Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

IMAGEM 2 - Mães lutam contra o fechamento de CIEPS.



Fonte: Jornal O Fluminense de 03/06/1987.²⁰

A fonte em questão nos traz mães de estudantes de CIEPs protestando contra a política de fechamento de uma dessas escolas pelo governo Moreira Franco e retrata uma mobilização orgânica por parte do público-alvo da política brizolista, em defesa da abertura e funcionamento dos CIEPs e de seus pressupostos pedagógicos. Tal fonte dialoga com reflexão trazida por Demo (1995), no que se refere às relações que se estabelecem entre agentes do campo político, no sentido de encaminhar projetos e propostas que evidenciem processos de cidadania assistida ou, ainda, emancipada.

Assim, inferimos que, por parte dos idealizadores, defensores e de parte do público-alvo, a construção de um CIEP era entendida como uma tecnologia estruturante desejada, alterando o panorama das localidades que os recebiam. Tal estrutura/tecnologia, por sua vez, com seus pressupostos políticos e pedagógicos, abarcava um projeto de sociedade específico, sendo a materialização da política brizolista no Rio de Janeiro.

Dessa maneira, levantamos a hipótese de que o projeto de sociedade representado nos CIEPs foi não só formulado, mas também construído sob a influência dos idealizadores e vereadores pedetistas de Nova Iguaçu, além de defendido pelo público-alvo da política. Assim, as reações à chegada dessas instituições escolares a Nova Iguaçu, entre ataques e defesas, tinham em seu escopo a possibilidade da construção de uma sociedade mais emancipada que se materializa nos CIEPs, um edifício monumento à educação pública, símbolo máximo dessa "utopia possível" (Faria 1991).

²⁰ Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=70874.
Acesso em: 02 set. 2024.

5 Considerações (nunca) finais

A partir dos dados levantados na segunda seção, bem como das reflexões realizadas na seção anterior – em que buscamos compatibilizar nossa pesquisa dissertativa sobre as construções teórico metodológicas que o objeto de estudo nos possibilitou –, trazemos algumas considerações à tona, iniciando assim a conclusão desta produção, tarefa que sempre nos parece parcial.

Em primeiro lugar, retomamos o objetivo deste estudo – a discussão dos CIEPs, a partir de sua chegada e impacto social causado em município situado na Baixada Fluminense, mais precisamente em Nova Iguaçu. Tal reflexão buscou, também e de certa forma, celebrar os 40 anos de inauguração da primeira dessas construções educacionais no estado do Rio de Janeiro – o CIEP Tancredo Neves, situado no bairro do Catete, na capital do estado. É nesse primeiro ponto que incluímos nossa procura pelo aprofundamento no estudo de políticas públicas educacionais voltadas à ampliação da jornada escolar para o tempo integral e, entre elas, uma das que mais nos mobiliza: o Programa Especial de Educação efetivado no Rio de Janeiro, por meio dos CIEPs.

Em segundo lugar, pontuamos a redação desta produção acadêmica, partindo de aspectos que consideramos relevantes ao processo acadêmico de construção de conhecimento. Referimo-nos ao fato de seus autores trabalharem com essa temática de estudo, juntos, desde 2020, quando um projeto encaminhado a um Curso de Pós-Graduação redundou, não somente em uma dissertação significativa para o aprofundamento do que foi essa política pública fluminense, plantada entre os anos 1980 e 1990 no Rio de Janeiro, mas também em artigos publicados em periódicos da área. Atividades como essas possibilitam acreditar no compartilhamento de ideias e na junção do estudo sistemático com a experiência de trabalho naquele Programa, mais precisamente em seu segundo movimento (II PEE), forjando nuances ainda não exploradas no interior dessa política pública estadual.

Um terceiro ponto a destacar – e que remete precisamente ao recorte efetuado na produção em tela – evidencia a importância que seus autores dão às falas e debates trazidos por diferentes agentes que vivenciaram a experiência de implantar/vivenciar o PEE em sua materialização maior, o CIEP. Cada qual a seu modo, em tempos e espaços diferentes, em situações por vezes complementares, em outras nem tanto, esses agentes deram corpo e voz a situações de seu dia a dia que não deixaram essa construção se tornar invisibilizada, mesmo 40 anos após a inauguração da primeira dessas escolas. As produções sobre a chegada dos CIEPs ao território iguaçuano a que aludimos anteriormente foram fruto dessas falas que, emergindo

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 140-158, jan./jul., 2024

de investigações realizadas (Guimarães; Coelho, 2024), possibilitaram a exposição do legado de um governo cuja proposta societária apontava para compromissos políticos que estão longe de se tornar realidade, nestas primeiras décadas do século XXI.

É finalmente nesse aspecto que cabe-nos explicitar (e reforçar) nosso compromisso científico-acadêmico, que não se descola de um também compromisso com uma ‘forma’ de enxergarmos a Política, em seu sentido amplo: um tempo/espaço de luta(s) realizada no macrocosmo social, e que se sintetiza em ‘busca pelo poder’, não necessariamente (e somente) o Poder que tanto estrutura esse macrocosmo – materializado em bens de consumo tão caros ao mundo do capital em que nos movemos – mas um também ‘poder fazer’, que possibilita a emersão de capitais simbólicos. São esses capitais simbólicos que, não raras vezes, constroem igualmente *habitus* que nos ‘habitam’ como sujeitos históricos que somos; portanto, carregam sentidos, valores e práticas capazes de iluminar esse outro nosso lado, o do capital objetivado em bens concretos que os sujeitos humanos, cidadãos desejam e a que devem ter acesso, dignamente.

Sintetizando, podemos dizer que a História da educação fluminense se faz Política na memória daqueles que, vivenciando experiências como as que os CIEPs possibilitaram, são agentes capazes de materializar um legado que não se esgotou em si mesmo; ao contrário, transcende-o. Para além da construção de um prédio, há a articulação de um projeto societário se gestando, no tempo e no espaço que as águas de nossas regiões litorâneas não são capazes de inundar – o de uma educação crítica e emancipadora para todas as crianças e jovens dos municípios que compõe o estado do Rio de Janeiro.

Referências

GUIMARÃES, Mateus Henrique Alexandrino; COELHO, Lúgia Martha Coimbra da Costa. Revisitando o programa dos Ciep: debates na câmara municipal de Nova Iguaçu sobre sua construção e financiamento. *Educação Online*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 46, p. e2419-4605, 2024. DOI: 10.36556/eol.v19i46.1494. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1494>. Acesso em: 1 out. 2024.

ARANTES, J. *Programa Especial de Educação: um projeto político*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BARROS, J. A. Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. In. ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS. 2., Rio de Janeiro, 2019. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_A_RQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

- BATISTA, Daniel Allofs. *Nova Iguaçu, muito prazer!* Nova Iguaçu-RJ, 2021
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Sociologia geral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. (Habitus e campo, v. 2).
- CASTRO, Carlos Dunham Maciel Siaines de. *O espaço da escola na cidade: CIEP e arquitetura pública escolar*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>.
- CAVALIERE, Ana Maria. *Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral*. *Alberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.
- CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. Para onde caminham os CIEP? uma análise após 15 anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.119, p. 9-27, jul. 2003.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- FARIA, Lia. *CIEP: a utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.
- GUIMARÃES, Germana Reis de Andrade. *Promoção da saúde na escola: saúde bucal como objeto de saber*. 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- LOBO, Lidiane Barros. *“Quem manda na escola pública?”: os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu - RJ entre 1964 e 1988*. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado e Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, 2019.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CIEP – Centro Integrado de Educação Pública: alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? *Em Aberto*, Brasília, ano 8, n. 44, out./dez. 1989.
- RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. *O novo livro dos CIEPs: carta’*: falas, reflexões, memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.
- SILVA, B. A. R. da. *Escola de tempo integral e comunidade: história do Programa de Animação Cultural nos CIEP*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.